



Boletim de Legislação



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 345 – Dezembro 2104/Janeiro 2015

Período de: 13/12/2014 a 09/01/2015

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 8.380	DOU; 24/12/2014	Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.	Dec. 8.380 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 8.381	DOU; 30/12/2014	Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.	Dec. 8.381 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 8.386	DOU; 31/12/2014	Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras.	Dec. 8.386 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.058	DOU; 23/12/2014 e 24/12/2014 (Retificação)	Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação.	Lei 13.058 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.060	DOU; 23/12/2014	Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.	Lei 13.060 (Site da Presidência da República)

LEI Nº 13.063	DOU; 31/12/2014	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para isentar o aposentado por invalidez e o pensionista inválido beneficiários do Regime Geral da Previdência Social - RGPS de se submeterem a exame médico-pericial após completarem 60 (sessenta) anos de idade	Lei 13.063 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 13.080	DOU; 02/01/2015	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências.	Lei 13.080 (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 664	DOU; 30/12/2014 - Ed. Extra 02/01/2015 (Retificação)	Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003.	Med. Provisória 664 (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 665	DOU; 30/12/2014 - Ed. Extra	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências.	Med. Provisória 665 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 3.101	DJE; 17/12/2014	Designa integrantes do Comitê Executivo Estadual da Saúde de Minas Gerais.	Port. 3.101 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.102	DJE; 17/12/2014	Dispõe sobre o regime de adiantamento para os Órgãos da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais	Port. 3.102 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.103	DJE; 17/12/2014	Designa servidores para integrarem a Comissão de Recebimento de Material da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 3.103 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.104	DJE; 17/12/2014	Designa servidores para integrarem a Comissão de Levantamento dos Bens Permanentes em Desuso e/ou Material de Consumo Inservível, passíveis de alienação.	Port. 3.104 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.105	DJE; 19/12/2014	Designa servidores para integrarem a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 3.105 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 3.106	DJE; 09/01/2015	Dispensa e designa Desembargador e dispensa e convoca Juíza de Direito das funções que especifica.	Port. 3.106 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.107	DJE; 09/01/2015	Altera o inciso V do art. 5º da Portaria nº 2.808, de 10 de outubro de 2012.	Port. 3.107 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 3.108	DJE; 09/01/2015	Altera o inciso VIII do art. 2º da Portaria nº 3.011, de 2013, que dispensa e designa Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça	Port. 3.108 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 782	DJE; 17/12/2014	Regulamenta o auxílio-saúde devido aos magistrados do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Res. 782 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 73	DJE; 17/12/2014	Avisa sobre a validade, pagamento e utilização das Guias de Recolhimento de Custas e Taxa Judiciária - GRCTJ's emitidas no ano de 2014, e dá outras providências.	<p style="text-align: center;">Diário o do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p style="text-align: center;">ou</p> <p style="text-align: center;">Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/portal/legislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm</p>
AVISO Nº 74	DJE; 15/12/2014	Divulga o cronograma de expansão da implantação do Selo de Fiscalização Eletrônico nos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais.	
AVISO Nº 75	DJE; 15/12/2014	Avisa sobre a indisponibilidade temporária dos serviços informatizados do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	
AVISO Nº 76	DJE; 16/12/2014	Avisa que os recursos advindos dos processos eletrônicos de Primeira Instância (PJe-CNJ) deverão ser interpostos pelo JPe-Themis, via Portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, fazendo-se necessário o prévio cadastramento no portal do JPe.	
AVISO Nº 77	DJE; 16/12/2014	Avisa sobre a forma de distribuição e tramitação dos expedientes e procedimentos no sistema "Processo Judicial Eletrônico – PJe", no período de 20/12/2014 a 6/01/2015.	
AVISO Nº 78	DJE; 17/12/2014	Avisa sobre a forma de distribuição e tramitação dos expedientes e procedimentos no sistema "Processo Judicial Eletrônico – PJe", no período de 20/12/2014 a 6/01/2015.	
AVISO Nº 79	DJE; 17/12/2014	Avisa que se encontra disponível em na página da INTERNET do Tribunal de Justiça, o arquivo próprio do SISCOM - Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas - contendo informações sobre o padrão de desempenho, produtividade e presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de dezembro de 2013 a novembro de 2014.	

AVISO Nº 80	DJE; 19/12/2014	Avisa sobre o atendimento por <i>e-mail</i> pela Gerência de Orientação dos Serviços Judiciais Informatizados – GESCOM.	<p>Diário o do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p>ou</p> <p>Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/portal/legislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm</p>
AVISO Nº 84	DJE; 19/12/2014	Avisa sobre a forma de emissão de Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias – GRCTJ, para pagamento a partir do dia 1º de janeiro de 2015 no Estado de Minas Gerais.	
PORTARIA Nº 3.605	DJE; 16/12/2014	Publica os valores atualizados das tabelas que integram o Anexo da Lei Estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, para o exercício de 2015.	
PORTARIA Nº 3.606	DJE; 17/12/2014	Divulga as tabelas de custas judiciais e de porte de retorno previstas na Lei estadual nº 14.939/2003 e a tabela de taxa judiciária prevista na Lei estadual nº 14.938/2003, atualizadas em unidade monetária nacional.	
PORTARIA Nº 3.607	DJE; 15/12/2014	Efetiva a implantação definitiva do Selo de Fiscalização Eletrônico no Ofício do 6º Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte.	
PORTARIA Nº 3.610	DJE; 17/12/2014	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de diretor do foro da Comarca de Uberlândia.	
PROVIMENTO Nº 285	DJE; 17/12/2014	Altera e acrescenta dispositivos ao Provimento nº 260, de 18 de outubro de 2013, que “codifica os atos normativos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais relativos aos serviços notariais e de registro”.	
PROVIMENTO Nº 286	DJE; 17/12/2014	Acrescenta dispositivo ao Provimento nº 161, de 1º de setembro de 2006, que institui o Código de Normas dos Serviços Judiciais Estado de Minas Gerais.	
PROVIMENTO Nº 287	DJE; 17/12/2014	Altera e acrescenta dispositivos ao Provimento nº 260, de 18 de outubro de 2013, que “codifica os atos normativos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais relativos aos serviços notariais e de registro”.	
PROVIMENTO CONJUNTO Nº 42	DJE; 17/12/2014	Altera o Provimento Conjunto nº 15, de 26 de abril de 2010, que dispõe sobre o recolhimento das custas judiciais, da Taxa Judiciária, da fiança, das despesas processuais e de outros valores devidos no âmbito da Justiça Estadual de primeiro e segundo graus e dá outras providências.	

RECOMENDAÇÃO Nº 1	DJE; 07/01/2015	Recomenda aos escrivães a fiel observância da Orientação CGJ/PJE nº 5, quanto à comunicação de intimação eletrônica aos defensores públicos.	
RECOMENDAÇÃO Nº 16	DJE; 19/12/2014	Recomenda sobre o lançamento de CPF ou CNPJ nos depósitos judiciais.	

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.